

## **A MOTIVAÇÃO PELA GESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DOS SETORES PRIVADO, PÚBLICO E DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

**BANDEIRA, Leticia de Magalhães<sup>1</sup>; MARTINS, Alexandro Brayer<sup>1</sup>;  
MOURA, Marisa Helena Gonsalves de<sup>1</sup>; NOGUEIRA, Carmem Regina Silveira<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal do Rio Grande – lelebandeira@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – regina@ufpel.edu.br*

### **1. INTRODUÇÃO**

Com o objetivo do lucro a qualquer preço a maioria das empresas, principalmente as indústrias, não se importou em poluir e exaurir a natureza, consumindo de uma forma desenfreada os recursos naturais e ejetando resíduos nocivos em decorrência da exploração irracional e ambiciosa.

O modelo de desenvolvimento econômico, há algumas décadas, baseava-se em ganhos crescentes por meio do uso intensivo de insumos produtivos, principalmente os de extração direta da natureza. Era um modelo meramente capitalista que visava ao lucro máximo; o crescimento econômico era visto como gerador de bem-estar à sociedade, enquanto o meio ambiente, apenas como um bem privado, no que se refere à produção e descarte dos seus resíduos. O que aconteceu é que este modelo, da maneira como foi idealizado, não era sustentável ao longo do tempo (BARBIERI, 2004). Essa forma de evolução do sistema capitalista encontra seus limites por vários fatores, de ordem econômica, social e política, mas também, e sobretudo, devido ao esgotamento dos recursos naturais.

O surgimento de inúmeros problemas ambientais nas últimas décadas teve a função de despertar o ser humano da sua arrogância e fazê-lo aceitar que sua sustentação depende do meio natural. Felizmente, esse pensamento intolerável está mudando. Já é compreendido que a atividade do homem não deve se opor à natureza, pois dela é parte integrante, ela a molda desde o começo e desde o começo é por ela moldada. Assim sendo, querer proteger ou defender a natureza tem menos sentido do que querer administrá-la de maneira responsável, a partir daí, querer integrar nela uma gestão responsável (BACKER, 1995).

A busca pelo equilíbrio das atividades empresariais com a natureza através das certificações voluntárias pela ISO 14001, as inovações tecnológicas, como a implantação de tecnologias limpas nos processos de produção; a implementação de sistemas de gestão ambiental; entre outras atitudes positivas ecologicamente foram desenvolvidas como uma resposta aos limitantes da legislação ambiental, das seguradoras, dos acionistas, das barreiras comerciais e de uma possível pressão social, representada pelo consumidor, exigindo uma atuação empresarial mais responsável com o meio ambiente (REIGOTA, 2000). O desempenho ambiental de uma organização vem tendo importância cada vez maior para as partes interessadas, internas e externas. À medida que aumentam as preocupações com a manutenção e a melhoria da qualidade do meio ambiente, bem como a proteção da saúde humana, as organizações vêm crescentemente voltando suas atenções para os potenciais impactos de suas atividades, produtos e serviços.

Porém, analisando a interação empresa e meio ambiente e os aspectos econômicos, políticos e sociais constata-se que o interesse das empresas frente às questões ambientais partiu, principalmente, de uma sensibilização econômica,

e não ecológica, como vem sendo comumente apontado. “Essa percepção já sinaliza que tal óptica não corresponde propriamente a um processo de transformação paradigmática, ou seja, uma transição ideológica da racionalidade econômica para a ecológica.” (LAYRARGUES, 2000, p. 84). Ou seja, os motivos que instigam os processos produtivos à busca pela saúde do meio ambiente são meramente capitalistas, e não conscientes, não caracterizando uma mudança de paradigma no desenvolvimento econômico.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo destacar a Motivação pela Gestão Ambiental com enfoque nos três setores sociais que compõem a relação sócio-econômica-ambiental: empresas privadas, instituições públicas e a sociedade.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa foi desenvolvida em caráter bibliográfico, embasada em obras de autores renomados na área da educação ambiental, gestão ambiental empresarial, gestão pública, sustentabilidade e gestão eco-eficiente, entre os quais destacam-se LAYRARGUES, JACOBI, BACKER, REIGOTA, BARBIERI e DIAS.

Para a elaboração do referencial foram consultados livros, artigos publicados em revistas, artigos da Constituição Federal, Política Nacional de Educação Ambiental, Cartilhas do Ministério do Meio Ambiente, artigos publicados em meio eletrônico de fontes seguras.

Buscou-se explorar as principais idéias dos autores no que tange as questões ambientais, construindo-se uma visão mais ampla do estudo proposto. Então, com base nas informações e conhecimentos adquiridos foi desenvolvida a presente pesquisa.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na esteira do desenvolvimento a qualquer custo o homem demorou a perceber que os decorrentes impactos impostos ao meio ambiente estavam levando à insustentabilidade da vida no planeta. Vem-se assistindo, então, a um esforço global no sentido de diminuir os danos, de recuperar e preservar a natureza ameaçada, na busca de meios para uma eficiente gestão ambiental.

A questão ambiental já se firmou como matéria obrigatória nas agendas do governo, dos executivos e das escolas. A internacionalização dos padrões de qualidade ambiental descrito na série NBR ISO 14000; a globalização dos negócios; a conscientização crescente dos atuais consumidores; e a disseminação da educação ambiental nas escolas é apenas o começo de uma longa caminhada rumo à sustentabilidade e à saúde ambiental. Percebe-se, portanto, que a responsabilidade ambiental não é um modismo e sim uma realidade no contexto organizacional, que acarreta alterações gradativas de comportamentos e de valores nas organizações, devendo estar presente nas decisões de seus administradores e balizar seu relacionamento com a sociedade.

Porém, uma mudança do paradigma meramente econômico do mercado global deve dar espaço à transformação da capacidade da sociedade capitalista pensar ecologicamente pela saúde do planeta e da humanidade. Essa mudança do paradigma empresarial deve incluir não só uma relação de respeito com o meio ambiente enquanto recurso natural, mas também uma relação de respeito com a sociedade. Sociedade esta que, a cada dia, se mostra mais consciente

quanto às questões ambientais, preocupada com o desenvolvimento, mas, sobretudo, com o futuro do planeta e com a sobrevivência da humanidade.

Sabe-se que o interesse pelas questões ambientais estréia no âmbito organizacional público e privado, por diferentes razões, seja por pressões social, cultural, legal, política ou econômica, alternando conforme o tipo de instituição. Enquanto na iniciativa privada, o governo, o mercado internacional (e até mesmo o nacional), os investidores, os financiadores e, ultimamente os consumidores começam a exigir das empresas atestados de sua preocupação ambiental, nos órgãos públicos, onde não existe a competitividade pelo mercado de consumo globalizado, tampouco pressão para o aumento da lucratividade, a motivação para implantação de procedimentos e ações que visem à preservação ambiental deve ser buscada na conscientização dos próprios servidores que formam a organização (JACOBI, 2003).

A administração pública, na qualidade de modelo de gestão e exemplo perante a sociedade econômica e social, da sua capacidade regulamentadora e indutora de novos padrões e práticas e, concomitantemente, grande consumidora de recursos naturais e bens e serviços nas suas atividades, assume um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de desenvolvimento sustentável na relação socioeconômico ambiental. Há, para isso, a necessidade de conscientizar, capacitar e treinar os servidores públicos, e, sobretudo, de motivá-los para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos e na execução de suas atividades e hábitos diários de trabalho.

Um gerenciamento ambiental empresarial é, portanto, um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se harmonizam e reforçam o potencial presente e o futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (DIAS, 2004).

Espera-se, assim, que o desenvolvimento econômico, através das instituições públicas e privadas e da sociedade enquanto consumidora deixe de ser problema a meio ambiente e passe a ser parte das soluções. Torna-se, então, imprescindível que haja uma forte atuação do poder público, enquanto modelo de gestão, em conjunto com atividades fundamentadas em Educação Ambiental, voltadas a sociedade civil. Este sim é o principal caminho para uma inter-relação harmônica entre os setores privado, público, social e ambiental na busca pelo desenvolvimento sustentável.

#### **4. CONCLUSÕES**

Implementar um sistema de gestão ambiental em uma sociedade guiada pelo consumo implica em alterações políticas, estratégias, reavaliação de processos produtivos e principalmente, no modo de agir, através de educação ambiental em todos os âmbitos sociais.

É preciso que haja uma alteração de paradigmas, principalmente nas organizações privadas, deslocando o eixo da racionalidade econômica para a ecológica, na qual o mercado deixaria de ser considerado como majoritária instância reguladora da sociedade e determinante da economia, cedendo espaço crescentemente à natureza, com seus princípios ecológicos para cumprir essa função em condições sustentáveis e harmônicas. “Em outras palavras: as leis da natureza encontrariam espaço na imposição de normas sociais na mesma medida em que as leis do mercado impõem as suas regras.” (LAYARGUES, 2003, p. 81)

Não se pode negar que ocorreu um grande avanço em relação à cultura empresarial frente às questões ambientais, mas, esse argumento não pode representar uma meta cumprida, cujo objetivo tenha sido plenamente atingido. Criar soluções apropriadas que visem à proteção da saúde ambiental, compreendendo esta a saúde de todos os seres vivos e do próprio planeta, é o grande desafio lançado às empresas, à sociedade e, principalmente, ao governo.

Pode ser que a cultura do desperdício seja substituída pela cultura da reciclagem, mas essa é uma transição que depende diretamente de um trabalho reforçado de Educação Ambiental (DIAS, 2004). Este é um caminho sem retorno: ou o homem preserva a natureza ou a humanidade terá sérios problemas de sobrevivência, pois as mãos que constroem devem ser as mesmas que preservam.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKER, Paul de. Gestão Ambiental: a administração verde. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1995.

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 196, n. 118, p.189-205, mar. 2003.

LAYRARGUES, P. P. O desafio empresarial para a sustentabilidade e as oportunidades da educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B. (org.). Cidadania e meio ambiente. Salvador – BA: CRA, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. RAE Revista de Administração de Empresas. v. 40, n. 2, abr/jun 2000.

REIGOTA, M. Educação Ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.